

Iniciativa *Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes*
**GT Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos - foco em Povos Indígenas,
Populações Tradicionais e Quilombolas**

Relato - Primeira reunião de trabalho

Brasília, 4 de abril de 2016

Povos indígenas, populações tradicionais e quilombolas estão entre os principais afetados pela implementação e operação de grandes obras na Amazônia, na medida em que a forma como esses processos se dão hoje implica uma série de vulnerabilidades, tanto do ponto de vista territorial, ambiental como social. Tais abalos não apenas representam uma ameaça à reprodução cultural, mas também à integridade física e bem-estar dessas populações, dada a intrincada interdependência entre as condições materiais de existência e os territórios tradicionalmente ocupados.

No centro da problemática está **o processo de tomada de decisão em relação a realização de grandes obras na Amazônia**, no entendimento dos participantes do Grupo de Trabalho (GT). Sem um planejamento previamente discutido e pactuado, aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais restaria atuar no âmbito da “política de diminuição dos danos” quando da chegada de um grande empreendimento, mas não propriamente na prevenção à violação de direitos.

Os participantes observam como gargalo a baixa implementação do conjunto existente de garantias legais, diretrizes e padrões empresariais de desempenho voltados à proteção dessas populações. Nesse contexto, é de alta relevância a **construção de arranjos participativos que envolvam os povos tradicionais na decisão sobre o modelo de desenvolvimento para seus territórios**, e que reconheçam e fortaleçam espaços de participação já atuantes, como o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI).

Seria necessário criar **procedimentos concretos e indicadores para aplicação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)** e outras normativas, no que se refere a “consulta prévia e consentimento livre, prévio e informado”. Tal qualificação deve se inspirar nos protocolos de consulta já existentes e no reconhecimento dos ritos territoriais específicos, além dos métodos de diálogo e participação estabelecidos pela FUNAI e outras iniciativas, como o mapeamento em andamento da Rede de Cooperação Amazônica (RCA) sobre a jurisprudência internacional quanto à definição do que seria uma consulta apropriada.

Sobre o acompanhamento das ações de mitigação e compensação de impactos realizadas por força do **licenciamento ambiental**, o GT apontou a relevância do **fortalecimento da governança e da gestão**. A baixa capacidade de monitoramento e disponibilidade de equipe dos órgãos envolvidos faz com que suas avaliações sejam embasadas, em grande parte, nos relatórios produzidos pelo próprio empreendedor, o que limita o diálogo com a realidade e clama pela participação efetiva dos povos nesse acompanhamento. Para garantir efetividade, apontou-se a importância do estabelecimento de espaços deliberativos, que têm como exemplo a proposta dos comitês gestores indígenas, na prática ainda muito fragilizados. É preciso qualificação para a participação, inclusive para lidar com a assimetria existente entre os diferentes povos. Nesse sentido, é igualmente necessário construir **mecanismos para informação e comunicação** com essas populações que tenham como base um enfoque intercultural.

PRÓXIMOS PASSOS DO GT

Para abrigar essas discussões, o GT planeja realizar mais uma reunião, em maio, que deve avançar no aprofundamento dos temas, além de um seminário específico, ampliando o debate e colhendo contribuições de mais representantes das populações e outros atores. Transversalmente, o GT aponta a necessidade de participação das populações também dos encontros dos outros grupos de

trabalho da iniciativa, para a inclusão integrada nas diretrizes do olhar dessas populações e seus direitos.

QUEM PARTICIPOU

Participaram da reunião: Cassio Ingles de Sousa e Isabelle Vidal (consultores independentes/GVCes); Daniela Gomes Pinto, Marcos Dal Fabbro e Graziela Azevedo (GVCes); João Neves, Francinara Martins, Kleber Luiz dos Santos e Paulo Celso Oliveira (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB); Sônia Bone de Souza Santos (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB); Modesta Carvalho (Grupo de Trabalho Amazônico - GTA); Vanderleide Ferreira de Sousa (Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS); Assis Costa (Universidade Federal do Pará - UFPA); Hécio Souza (The Nature Conservancy - TNC); Iara Vasco (UFSC); Marcela Menezes (Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB); Katia Barros (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio); Luís Donizete Grupioni (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena - IEPÊ); Guilherme Silva (Ministério do Desenvolvimento Social - MDS). Os participantes não necessariamente representam as visões de suas instituições, mas suas perspectivas individuais.

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 50 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Agendas de Desenvolvimento Territorial; Instrumentos de Financiamento; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais e Articulação das Políticas Públicas; e Ordenamento Territorial e Biodiversidade.

Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos será debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações com alto grau de aplicabilidade. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais, bem como das políticas públicas, e fortalecer o debate pela sociedade civil.

Quer participar?

Entre em contato:

Graziela.azevedo@fgv.br

(11) 3799-3502

Saiba mais:

www.gvces.com.br/grandes-obras-na-amazonia